

Pesquisa Social: Métodos Aplicados ao Saneamento

17

Fabíola Zioni
Socióloga, Faculdade de Saúde Pública da USP

Dilmara Veríssimo de Souza
Socióloga, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

[OPAS] Organización Panamericana de la Salud. La administración estratégica: lineamientos para su desarrollo: los contenidos educacionales. Washington (DC); 1995. p. 35-45.

Pelicioni AF. Educação ambiental na escola: um levantamento de percepções e práticas de estudantes de primeiro grau a respeito de meio ambiente e problemas ambientais. São Paulo; 1998. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da USP].

Pelicioni MCF. Educação em saúde e educação ambiental: estratégias de construção da Escola Promotora da Saúde. São Paulo; 2000. [Tese de Livre-Docência - Faculdade de Saúde Pública da USP].

Philippi Jr A, Pelicioni MCF, organizadores. Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: SIGNUS/NISAM/USP; 2000.

Secretaria do Estado de Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais. São Paulo; 1994 (Série Documentos).

Viola E. O GEF e o Brasil: institucionalidade e oportunidades de financiamento. Amb Soc 1997; 1(2): 5-25.

A complexidade das sociedades contemporâneas exige dos profissionais que atuam – direta ou indiretamente – com a questão social uma formação bastante específica. Desde a revolução industrial a forma de atender às necessidades do ser humano vem, progressivamente, afastando-se do espaço doméstico.

As mudanças nos hábitos alimentares, em escala quase mundial, ilustram bem esse fato: da utilização de produtos industrializados ao consumo de alimentos industriais já prontos, congelados, enlatados à frequência cada vez mais numerosa e de caráter familiar aos *fast-food*. O universo das hortas domésticas, de alimentos caseiros, torna-se progressivamente parte do passado.

Certamente essas mudanças foram criadas e aceleradas pelo processo de urbanização que acompanhou a formação do mundo industrial e que impôs – cada vez mais – formas de atendimento coletivo às necessidades humanas, como sistemas de abastecimento, saúde, educação, habitação e saneamento. A criação desses sistemas consolidou-se nas sociedades atuais que podem ser entendidas também como *sistemas peritos*:

Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta pro-

Pasta N° B N° Artigo —
N° de Fís. B

ver Phillippi, A. J. (1998)

Saneamento, saúde e ambiente:
fundamentos para um
desenvolvimento sustentável

Vol. 1, 1ª ed. São Paulo: Mandel, 2005 v. 1.
P. ~~335~~ 599; 622

fissionais – advogados, arquitetos, médicos etc. – apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influencia muitos aspectos do que fazemos, de uma maneira contínua. Ao estar simplesmente em casa, estou envolvido num sistema perito ou numa série de sistemas (Giddens 1991).

A organização desses sistemas peritos – característica ou consequência da modernidade – baseia-se no conhecimento científico operacionalizado em tecnologias capazes de oferecer os serviços cada vez mais necessários e exigidos pela maior parte da população.

Fazem parte da história da Saúde Pública os relatos sobre as dificuldades de técnicos em saneamento e saúde, em zonas rurais ou bairros periféricos das incipientes metrópoles do início do século XX, para conseguir a adesão de seus moradores a novidades como vacinação, uso adequado de instalações sanitárias etc.

Se esses padrões sanitários modernos universalizaram-se rapidamente como valores, o mesmo não ocorreu com sua oferta. Até recentemente, no Brasil, a maior parte da população não tinha acesso à água encanada, e até hoje a rede de esgoto está longe de um mínimo aceitável. A expansão do saneamento básico, por sua vez, esteve ligada a um curto período de crescimento econômico e vigência de uma proposta nacional-desenvolvimentista. Atualmente a retomada de investimentos na área parece bastante prejudicada pela política de ajuste fiscal e estabilidade monetária imposta à maioria dos países.

Dessa forma, a área de políticas públicas – elaboração e execução – constitui-se como uma área marcada pela tensão entre oferta e demanda, tensão essa que se materializa na relação entre técnicos e usuários. Esse processo exige que uma equipe de saúde e saneamento, além de ser multidisciplinar, conte com profissionais capazes de transitar entre várias áreas.

Certamente, a crescente especialização da ciência contemporânea torna impossível que os diferentes profissionais dominem todo o campo do conhecimento envolvido na sua área de atuação, mas é possível que processos de formação continuada e o exercício de atividades comuns criem essa orientação e posturas interdisciplinares.

Dentre as atividades que podem contribuir para essa mudança encontra-se a atividade de pesquisa. Por pesquisa entende-se um processo de produção de conhecimento por meio de procedimentos, métodos e técnicas consagrados pela comunidade científica ou parte dela.

A realização de uma pesquisa normalmente atende a objetivos institucionais, teóricos ou práticos, mas quase sempre legitimados por sua relevância teórica ou social. Normalmente podem ser resumidos da seguinte maneira:

- descrição de uma situação, identificação de problemas e possibilidades de solução;
- identificação das condições necessárias à ocorrência de um fenômeno;
- identificação de relações entre fenômenos;
- desenvolvimento de novas tecnologias;
- desenvolvimento e generalização de determinadas teorias;
- universalização do conhecimento.

Como é de senso comum, uma pesquisa pode ter diferentes graus de profundidade; o conhecimento a ser produzido por um pesquisador pode destinar-se a diferentes finalidades, dependendo de cada situação e dos recursos disponíveis. Qualquer que seja o dimensionamento de um processo de pesquisa, a maior ou menor profundidade dos objetivos perseguidos, ela sempre deve cumprir com as exigências de um rigor metodológico, rigor esse que não significa uma rigidez ou formalismo na seleção dos métodos e técnicas de pesquisa.

Os manuais e livros de pesquisa costumam apresentar classificações e definições de tipos de pesquisa em função de diferentes critérios: área do conhecimento, descobertas científicas, finalidades, objetivos etc. Nenhuma dessas definições esgota totalmente o assunto nem responde às necessidades e questões epistemológicas, principalmente no que diz respeito às discussões contemporâneas sobre a definição de ciência. No entanto, essas definições têm um valor didático, visto que contribuem para identificar procedimentos e motivos para sua utilização. Antes de apresentar os diferentes tipos de pesquisa mais utilizados é importante lembrar que o uso de uma determinada técnica de investigação é definido pelo objeto de estudo e pela reflexão teórica por ele provocada.

1. Pesquisa Teórica ou Fundamental: vinculada ao desenvolvimento teórico, à verificação de uma teoria, não tem uma orientação pragmática no que se refere ao uso do conhecimento.

2. Pesquisa Aplicada: tem uma orientação pragmática, busca a aplicação dos conhecimentos ou a verificação da teoria em um determinado contexto.
3. Pesquisa Descritiva: busca a descrição de um determinado fenômeno ou situação.
4. Pesquisa Analítica: desenvolve uma análise dos *achados* da pesquisa e estabelece conclusões.
5. Pesquisa Nomotética: busca descobrir leis (*nomos*) gerais que determinam as relações entre os fenômenos observáveis na realidade.

Outra forma adequada para a classificação das pesquisas refere-se ao tipo de enfoque metodológico: comparativa, histórica, funcional, estrutural, sistêmica.

Antes dessas classificações as pesquisas já podem ser divididas em dois grandes blocos: experimentais e qualitativas. O método experimental consiste em submeter um fato à experimentação em condições de controle e apreciá-lo coerentemente, com critérios de rigor, mensurando a constância das incidências e suas exceções e admitindo como científicos somente os conhecimentos possíveis de apreensão em condições de controle, legitimados pela experiência e comprovados pela mensuração. O método desenvolveu, durante um século, um conjunto de instrumentos que foram adotados em ciências humanas e sociais, constituindo-se em um método padrão de pesquisa científica até a segunda metade do século xx. A partir dessa época ampliaram-se o campo, as técnicas e os instrumentos de pesquisa em ciências humanas e sociais (Chizzotti 2001, p. 25-6).

Nas ciências da natureza, a experimentação consiste, em linhas gerais, na observação, na manipulação e no controle do efeito produzido em uma determinada situação, introduzindo uma modificação voluntária de uma variável independente sobre outra variável dependente. Nas ciências humanas a experimentação ocorre por meio de um tratamento estatístico dos dados encontrados, pelo qual é possível identificar relações entre os fenômenos observados, como, por exemplo, mobilidade social e escolaridade, renda e escolaridade.

Essa perspectiva de pesquisa foi hegemônica durante muito tempo, mas tem sido criticada por diversas tendências e perspectivas. Não cabe, nesse trabalho, uma discussão maior sobre o assunto, mas acredita-se que

tanto a perspectiva quantitativa como a qualitativa podem ser incorporadas ao processo de conhecimento. Para muitos autores:

A pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo (fenomenologia, dialética, hermenêutica) (Chizzotti 2001, p. 34).

Neste capítulo procura-se apresentar algumas técnicas e procedimentos de investigação de caráter qualitativo que podem contribuir para a área de saúde e saneamento, principalmente no que diz respeito à relação entre técnicos, funcionários e população. Além de sociólogos e antropólogos, a recomendação de pesquisas qualitativas também foi bastante incentivada por pesquisadores envolvidos em avaliação de projetos sociais e políticas públicas. Na área da saúde e ambiente, no Brasil, esse enfoque se consolidou a cada vez mais. O livro de Cecília Minayo – O Desafio do Conhecimento (1992) – consagrou o uso da metodologia qualitativa na área da saúde; na área ambiental Marcos Reigota é uma referência constante: Meio Ambiente e Representação Social (1995).

CULTURA E SOCIEDADE

Mesmo correndo o risco de incorrer em um grave reducionismo teórico, pode-se afirmar que as relações entre usuários de um determinado serviço público e os técnicos por ele encarregados constituem-se como relações que colocam em contato duas subculturas.

Sociedades são agrupamentos de indivíduos da mesma espécie que possuem uma convivência organizada. As sociedades são constituídas de vários agrupamentos mais ou menos duráveis.

Culturas são os modos específicos ou padrões que regem a convivência e a sobrevivência social por um tempo mais ou menos prolongado. Parte-se da hipótese de que o comportamento de um ser humano não pode ser explicado por ele mesmo, enquanto unidade de referência, mas sim que é necessário compreender as ações e os comportamentos sociais

dos seres humanos em termos de referências culturais específicas no seu contexto social (Amorozo *et al.* 2002).

Apesar do processo de mundialização pelo qual valores, costumes e padrões ocidentais e urbanos tendem a homogeneizar comportamentos em quase todas as sociedades, persistem, ainda, diferentes estilos de vida, decorrentes de oposição consciente a essa padronização, de reação identitária ou étnica e, ainda, decorrentes da dificuldade de acesso aos bens e serviços por questões econômicas e sociais, pelo caráter excludente do processo econômico ligado a essa mundialização (Nascimento 1998).

Na sociedade brasileira, os indicadores sociais expressam um nível de desigualdade social, que contrasta enormemente com os indicadores econômicos de caráter macro. As distâncias sociais decorrentes dessa desigualdade recuperam imagens sobre a dualidade da sociedade brasileira (moderna e tradicional – Bélgica e Índia) e permitem pensar a relação entre classes sociais marcada por gritantes diferenças econômicas e também culturais, na medida em que não são compartilhados de maneira igualitária os recursos materiais e simbólicos que compõem o universo nacional.

Sendo assim, não serão poucas as ocasiões em que o entendimento das demandas populares, o desenvolvimento de um processo comunicativo entre técnicos e usuários, a implementação de programas ou serviços, por exemplo, exigirão processos mais elaborados para a compreensão da realidade. Dentre esses processos, a pesquisa social de caráter qualitativo parece devidamente reconhecida por sua capacidade de captação de elementos simbólicos, como também por melhor trabalhar a relação observador/observado.

Ao iniciar a sua comunicação com seres humanos [...] culturalmente diferenciados, o observador [...] deve impedir conscientemente que ele venha a projetar interpretações e significados de sua própria cultura. É extremamente fácil incorrer em projeções e mal-entendidos, já que superar nossos hábitos cotidianos de pensamento, julgamento e avaliação não constitui tarefa fácil [...]. Nesta ordem de cogitações lembramos que a abordagem quantitativa dos problemas de investigação social constitui não a solução, mas apenas um dos vários passos necessários para superar tais dificuldades [...] as técnicas de pesquisa qualitativa deveriam ser sempre complementadas com abordagens de cunho quantitativo e vice-versa (Amorozo *et al.* 2002).

PESQUISA QUALITATIVA

A perspectiva qualitativa, ao contrário das construções metodológicas alicerçadas no empirismo e no experimentalismo, não busca a generalização dos resultados. Sua preocupação recai na compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação.

Parte-se do pressuposto de Minayo (1992) de que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, esse tipo de pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa, como todo método, só poderia alcançar os objetivos a que se propõe quando conjugada a uma teoria. Nos últimos anos a Teoria das Representações Sociais tem se apresentado como uma forma de abordagem das questões de saneamento ambiental, na medida em que propicia, a partir do desvelamento da subjetividade de um dado grupo, a compreensão em profundidade de uma faceta da relação tão complexa homem-meio ambiente, a partir do universo de significados que os indivíduos constroem na sua relação com o mundo.

Esses significados funcionam como elementos que estabelecem conexões entre os indivíduos e o mundo, o qual é, ao mesmo tempo, descoberto e construído, quer na dimensão individual quer na coletiva (Minayo 1992).

De acordo com Andrade (1997), a representação que o indivíduo tem do mundo é resultado do trabalho de recriação feito a partir da sua relação com ele. Por sua vez, o próprio indivíduo é recriado pela sua representação do mundo. Dessa forma, para analisar uma representação, é preciso levar em conta que ela sempre é referência de alguém para alguma coisa (pessoa, grupo ou relação) e está inserida em uma estrutura social, ou seja, assume elementos da cultura, da linguagem e das representações do grupo no qual se insere o indivíduo.

Apesar de comportar grande diversidade na sua conceituação e pressupostos específicos em cada uma das áreas de estudo, é consenso dentre as várias correntes teóricas no interior das Ciências Sociais, que as representações sociais – enquanto senso comum, ideias, imagens, concepções, percepções

ções e visões de mundo que os indivíduos possuem sobre a realidade podem ser consideradas como indispensáveis para compreender a dinâmica das interações sociais e ainda para buscar determinantes das práticas sociais. Elas se manifestam em condutas e práticas que chegam a ser institucionalizadas e, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais (Minayo 1992).

Portanto, a utilização de métodos inspirados por essas reflexões teóricas pode ser bastante proveitoso no campo das relações institucionais, da comunicação entre atores sociais, distintamente posicionados no cenário social. Jodellet, citada por Spink (1993, p. 86), conceitua de forma objetiva as representações sociais como sendo modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social. Nesse sentido, seriam formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos – imagens, conceitos, categorias, teorias –, mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando uma maior comunicação.

De acordo com a teoria das representações, para dar conta das relações informais e mais cotidianas da vida humana, em um nível mais coletivo ou social, é importante considerar tanto os comportamentos individuais como os fatos sociais, como, por exemplo, as instituições e as práticas em sua concretude e singularidade histórica. O que se percebe é uma via de mão dupla, não importando apenas a influência unidirecional dos contextos sociais sobre os comportamentos, estados e processos individuais, mas também a participação destes na construção das próprias realidades sociais (Sá 1993).

Jodellet afirma que o campo de estudo das representações sociais é formado por dois eixos principais: no primeiro, as representações são formas de conhecimento prático, voltadas para o cotidiano e para a comunicação; no segundo, são elaborações de assuntos sociais sobre objetos socialmente valorizados. O primeiro eixo nos remete ao senso comum, que forma uma teia de significados capaz de criar a realidade social. Essa capacidade criativa confere às representações sociais a dupla face de estruturas estruturadas e estruturas estruturantes. O segundo eixo nos lembra que as representações são interpretações da realidade, portanto, uma construção social, fruto da realidade intraindividual; a relação com o real nunca é direta, é sempre mediada por categorias histórica e subjetivamente constituídas (Spink 1993).

PESQUISA SOCIAL EMPÍRICA

A realização de uma pesquisa desse tipo compreende a articulação de várias técnicas, como a observação participante ou sistemática, entrevistas grupais ou individuais, assim como o levantamento de dados secundários de caráter quantitativo (indicadores de saúde, de economia, de saneamento básico etc.) e a pesquisa bibliográfica sobre o tema estudado.

Parte-se do pressuposto de que a análise das falas, junto a uma observação sistemática acerca dos múltiplos aspectos inerentes ao cotidiano dos indivíduos e do levantamento de informações complementares, as quais dizem respeito à sua dinâmica social, sejam instrumentos que subsidiem a compreensão desses significados, uma vez que possibilitam a identificação das representações sociais, assim como dos elementos políticos, culturais e econômicos que permeiam o contexto no qual são socialmente produzidas.

Para a análise desses dados a estratégia metodológica de triangulação dos dados coletados por fontes já referidas permite, concomitantemente, uma maior validade dos dados e uma inserção mais aprofundada dos pesquisadores no contexto do qual emergem os fatos, as falas e as ações dos indivíduos.

Desde 1970, o recurso a essa proposta de análise era voltado para o estabelecimento de bases para uma validação dos dados no sentido clássico do termo, isto é, como busca da essência do fenômeno na relação entre o real e a teorização sobre o real. No entanto, a estratégia de triangulação vem perdendo essa conotação, emergindo como alternativa à validação, ou seja, como aprofundamento da análise e não como caminho para chegar-se à verdade objetiva (Adorno *et al.* 1994).

Esses mesmos autores entendem que a proposta da triangulação, atualmente, significa a sobreposição de uma análise unidimensional, aliçada em índices da realidade, a uma análise multidimensional, ou do contexto. A análise realizada por meio desses pressupostos permite o estabelecimento da inter-relação entre os fatos, as falas e as ações dos indivíduos, o que possibilita uma compreensão mais abrangente dos significados construídos socialmente na relação dos indivíduos com o meio. Dessa maneira, o desenho metodológico deve compreender as seguintes fases:

- levantamento de dados em fontes secundárias;
- trabalho de campo;
- triangulação.

Fontes Secundárias

Essa etapa da pesquisa consiste em um levantamento bibliográfico acerca da problemática estudada. Deve ser feita por meio da consulta a periódicos e publicações científicas consagradas na área. Normalmente esse material pode ser encontrado em fontes de referência como *Index Medicus* ou mesmo pela consulta junto a pesquisadores e técnicos reconhecidos no campo de estudo. Com esse procedimento pode-se conseguir uma apreensão mais abrangente do contexto (econômico, político e cultural) em que se insere o problema estudado. Além desse levantamento, nessa fase também são investigados documentos e relatórios em que constam os indicadores procurados que permitirão um dimensionamento da questão. As principais fontes para essa primeira etapa do trabalho costumam ser na área de saneamento e no que se refere a:

- dados relativos ao uso e ocupação espacial: site da EMPLASA (<http://www.emplasa.sp.gov.br>);
- dados demográficos, de saúde, habitação e renda: Fundação SEADE (<http://www.seade.gov.br>);
- série histórica de doenças de veiculação hídrica: site do DATASUS (<http://www.datasus.gov.br>).

Trabalho de Campo

Observação

O segundo momento da pesquisa baseia-se na observação – sistemática ou participante – técnica e etnográfica que se realiza por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado. Como o pressuposto da abordagem etnográfica é o estudo do indivíduo em seu próprio contexto, tal estratégia permite a obtenção do maior número de informações sobre o cotidiano em estudo e os indivíduos nele inseridos (Minayo 1992).

A observação pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas como um método para a compreensão da realidade, uma vez que suscita uma variedade de situações ou fenômenos que não são

obtidos por meio de perguntas, já que, observados diretamente na própria realidade, os indivíduos transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (Minayo 1992, Cruz Neto 1994)

Entende-se que esse instrumento favorece, inclusive, uma melhor compreensão das contradições vividas pelos indivíduos no seu cotidiano. Contudo, acredita-se que a observação, como as demais técnicas utilizadas na construção do objeto de estudo, não reúne condições para a apreensão integral da realidade, isso porque induz a explicações elaboradas a partir de categorias interpretativas criadas pelo pesquisador, que têm como base a valorização de determinados aspectos da dinâmica social, em detrimento de outros. Dessa forma, a observação deve ser utilizada em conjunto com outros meios de levantamento de dados, como as entrevistas.

As informações obtidas pela observação e pelos contatos desenvolvidos durante essa fase podem ser registradas por meio de anotações em diário de campo, gravações em fita cassete e recursos como vídeos ou fotografias. De maneira geral, as impressões do pesquisador devem compor o diário, enquanto as falas devem ser registradas e transcritas, porque em sua compreensão e análise encontra-se um conteúdo fundamental para o conhecimento desejado pela pesquisa.

O ser humano deve ser estudado como um ser indivisível. Não existe um homem econômico, um homem social, um homem produtor de cultura. Há um só ser, que é um ser de conduta social, um ser de comportamento econômico e um ser produtor e consumidor de cultura, que se revela por meio de seu discurso e de sua prática social, que pode ser entendida como a institucionalização das representações de um grupo (Beyaut 1997).

Além dessas informações, as imagens que o pesquisador pode obter em campo são muito importantes porque possibilitam a visualização de detalhes relevantes, os quais podem escapar à observação. Além disso, tais imagens podem ser utilizadas como recurso para posteriores discussões com a população, além de contribuírem para a reflexão no momento da análise.

A realização dessa fase permite também a delimitação do campo propriamente dito. Minayo (1992) e Cruz Neto (1994) descrevem o campo como sendo o recorte espacial que representa uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação.

Ainda segundo essa mesma autora, a pesquisa social trabalha com gente, com atores sociais em relação com grupos específicos. Esses sujeitos

de investigação, primeiro, são construídos teoricamente como componentes do objeto de estudo. No campo, fazem parte de uma relação de inter-subjetividade, de interação social com o pesquisador, resultando em um produto novo e confrontante, tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, em um processo mais amplo de construção de conhecimentos (Minayo 1992, p. 105).

Nessa fase também devem ser realizadas reuniões com os moradores e líderes comunitários a fim da proposta de trabalho ser apresentada ao grupo, levantar seus interesses e preocupações. As informações assim obtidas podem fornecer subsídios para o roteiro das entrevistas, as quais buscam contemplar, na medida do possível, as inquietações da comunidade, para que o trabalho possa se constituir como um instrumento auxiliar no equacionamento da problemática local.

Entrevistas

Ao lado da observação, a entrevista – tomada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico – é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo (Minayo 1992). Traduz-se também em fonte de dados secundários e primários, referentes

a fatos, idéias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, conduta ou comportamento presente ou futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, sentimentos, maneiras de atuar ou comportamentos (Jahoda citado por Minayo 1992, p. 108).

Pode ser entendida como uma técnica privilegiada na construção do conhecimento, na medida em que propicia subsídios significativos, quer se levada em conta isoladamente, quando revela a qualidade do indivíduo e dos dados específicos que dele emergem, quer se considerada em seu conjunto, quando cria um verdadeiro caleidoscópio, o qual favorece a composição do *quadro* pelo pesquisador (Cicourel citado por Minayo 1992, p. 140).

Autores como Blanchet entendem que a entrevista permite estudos de fatos, tais como ações passadas, conhecimentos sociais, além de sistemas de valores e normas, nos quais a palavra é o vetor principal. Além desses é possível também realizar outros nos quais a própria palavra é o elemento

central, como, por exemplo, as análises de estruturas discursivas, de fenômenos de persuasão ou de argumentação (Blanchet 1985).

Entretanto, esse mesmo autor alerta para o fato de que, se por um lado, a entrevista como instrumento tem uma utilidade heurística indiscutível, por outro é bastante discutível como método, porque não responde aos critérios mínimos que caracterizam um método científico, uma vez que nenhuma de suas variáveis é verdadeiramente controlada. Na sua opinião, durante o processo de entrevista tudo acontece como se o entrevistador fizesse o melhor uso de sua pessoa e de sua sociabilidade (artificial ou espontânea) para fazer o entrevistado falar sobre um determinado tema. Segundo ele, são evitadas questões, são feitas reformulações e complementações, sem que, contudo, seja estabelecida uma ordem definida e muito menos uma avaliação dos efeitos suscitados.

Com base nessas visões, acredita-se que as entrevistas, assim como o levantamento de dados e a observação participante, sejam instrumentos de construção do conhecimento, que devam ser utilizados levando-se em conta as suas limitações relativamente à teorização sobre o real. Dessa forma, cabe ao pesquisador buscar mecanismos que garantam a maior proximidade possível entre o conhecimento produzido e a realidade.

Entrevista Aberta

De acordo com Minayo, a entrevista que inclui questões abertas, na qual o indivíduo tem liberdade total para abordar o assunto sob o seu ponto de vista, permite tanto a obtenção de informações denominadas mais objetivas como outras de caráter mais subjetivo, referentes a atitudes, opiniões e valores dos indivíduos entrevistados (Minayo 1992).

No que tange às práticas sociais, Bourdieu entende que todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe são produtos de condições objetivas idênticas. Por isso a possibilidade de exercer-se na análise da prática social, o efeito de universalização e de particularização, na medida em que eles se homogeneizam, distinguindo-se dos outros (Bourdieu citado por Minayo 1992, p. 111).

A seleção dos entrevistados deve ser feita a partir de critérios definidos pelo pesquisador, devidamente apresentados e justificados pelo mesmo. A identidade de cada um dos participantes deve ser mantida sob sigilo, salvo se houver outro tipo de acordo. Todos esses entendimentos devem constar no termo de compromisso que o pesquisador apresenta

aos entrevistados e à população antes da realização do trabalho de campo. Esses procedimentos constam na regulamentação elaborada pelo Conselho Nacional de Pesquisa.

As entrevistas devem ser gravadas em fita cassete, se o entrevistado concordar, e transcritas *ipsis literis*, tal como preziza a tradição das pesquisas etnográficas. Caso seja necessário, porém, pode haver uma adequação do discurso oral à linguagem escrita, para garantir a inteligibilidade do depoimento.

Análise Temática

A análise das falas dos indivíduos é realizada pela identificação de núcleos estruturadores recorrentes nos discursos. Busca-se, a partir desses núcleos ou temas, a explicitação do sentido presente nos conteúdos das diversas falas, de forma a permitir a compreensão das representações sociais. Já existe uma produção importante sobre as representações sociais acerca de recursos hídricos e do meio ambiente, assim como sobre as práticas sociais de apropriação destes, no contexto da dinâmica urbana (Soares 2000, Reigota 1995, Palos 2000, Souza e Zioni 2002, FAPESP 2002).

Alguns estudos de análise temática também se valem de operações estatísticas, como a porcentagem ou a análise fatorial, para determinar a regularidade dos temas emergentes das falas, como é convencional nas análises temáticas.

De acordo com Bardin, o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado, segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura (Bardin 1979, p. 105). O critério para o agrupamento dos temas pode ser a similaridade do seu significado. O significado desses temas, por sua vez, deve ser explicitado a partir de categorias gerais e específicas.

Grupo Focal

Esse procedimento pode ser entendido como um tipo especial de grupo em termos do seu propósito, seu tamanho, sua composição e sua dinâmica. Basicamente, o grupo focal pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, embora não no sentido de ser um processo em que se alternam perguntas do pesquisador e respostas dos participantes. Diferentemente, a essência do grupo focal consiste justamente em apoiar-se na interação entre seus participantes para colher dados, a partir de tópicos

que são fornecidos pelo pesquisador. Uma vez conduzido, o material obtido vai ser a transcrição de uma discussão em grupo, focada em um tópico específico (por isso grupo focal) (Cotrim 1996, p. 286).

Ainda segundo essa autora, a coleta de dados proveniente do grupo focal contrasta com aqueles colhidos em entrevistas individuais, nas quais as pessoas são convocadas a emitir opiniões sobre assuntos a respeito dos quais talvez nunca tenham pensado anteriormente. Para ela, os indivíduos em geral precisam ouvir as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias. Dessa forma, a opção por esse procedimento pode complementar e ampliar aspectos abordados, com grande frequência, nas entrevistas individuais. Nessa fase, como forma de sensibilização e mesmo aprofundamento desses temas, podem ser utilizados os registros fotográficos obtidos durante a fase da observação. As imagens podem ser projetadas e alimentar a discussão do grupo.

O grupo focal deve ser composto por cerca de 7 a 15 indivíduos que compartilhem uma identidade referente ao tema estudado: moradores de um bairro, grupo etário, portadores de determinadas doenças etc. As discussões devem ser conduzidas pelo pesquisador e dois assistentes: um deve encarregar-se do registro das falas, dos cuidados com o gravador etc., enquanto o segundo deve se preocupar em registrar a linguagem não falada: gestos, disposição das pessoas no grupo, expressões etc. O pesquisador que conduz a reunião deve se preocupar em garantir que todos os entrevistados participem, evitando que alguém monopolize a conversa ou que se instaure um clima agressivo ou muito tenso.

As reuniões de grupo-foco devem ser realizadas em locais neutros, ou seja, se o objetivo do estudo referir-se às relações entre usuários e técnicos, à avaliação do serviço junto à população etc., devem ser evitados prédios públicos ligados ao próprio serviço; o ideal costuma ser o uso de escolas (se o tema não for educação) e centros recreativos, entre outros. Seu tempo de duração não deve ultrapassar uma hora e meia, lembrando-se que na primeira reunião talvez seja necessário um tempo maior para aspectos gerais, como o entrosamento do grupo ou o entendimento da dinâmica e dos objetivos do encontro.

O número de grupos e de sessões deve ser definido pelo pesquisador de acordo com a problemática detectada, os objetivos estudados ou outros critérios, como o tipo e número de subgrupos identificados e definidos como pertinentes para o projeto. Deve ser realizada a quantidade de reuniões necessária para o entendimento do tema ou quantas o grupo aceitar.

Um critério útil para definir o fim das reuniões é dado quando as falas começam a tornar-se recorrentes.

Triangulação

A análise dos dados levantados por meio desse desenho metodológico consiste na comparação entre os diferentes discursos levantados e os dados quantitativos obtidos pela consulta a fontes de dados secundários.

Como já foi colocado anteriormente, mais do que validar dados qualitativos, com esse procedimento se procura trabalhar todas as diferentes representações sobre a realidade que podem ser desenvolvidas em determinado contexto, construindo-se, dessa forma, um painel de possibilidades interpretativas.

Esse painel que constituiria, em última análise, o produto final da pesquisa, contribui para o conhecimento da realidade na qual as políticas públicas devem atuar, a partir de critérios técnicos, mas contribui, principalmente, para a identificação da realidade a partir do ponto de vista e das experiências da população. Pelo contato entre essas duas formas de conhecimento torna-se possível uma melhoria na relação usuário e clientela e, assim, um melhor desempenho técnico e profissional.

Procedimentos

Após a realização de cada uma das fases da pesquisa devem ser realizados relatórios parciais. Na primeira fase, de levantamento de dados secundários, deve ser redigido um texto que resume as principais informações bibliográficas obtidas, assim como os dados quantitativos. Nesse texto, além de uma descrição do local ou do tema estudado serão apresentados diagnósticos técnicos.

No que diz respeito ao trabalho de campo, cada fase deve apresentar um relatório.

Observação e Entrevistas

O relatório pode consistir em um resumo dos diários de campo acrescentado da análise temática das entrevistas, compondo uma primeira descrição do problema do ponto de vista da população local e das impressões do

pesquisador. Também poderá ser realizada uma primeira comparação com os dados secundários obtidos na fase anterior, verificando-se a existência de uma temática comum (ou não) entre os dois universos pesquisados, a distância entre esses universos no que diz respeito à explicação de problemas e/ou identificação de soluções. Esse relatório pode ser enriquecido com imagens do campo de estudo.

Grupo Focal

O conteúdo das sessões de grupo focal também deverá passar por transcrição *ipsis literis*, leitura atenta e análise temática. Seria bastante desejável que essa primeira organização dos dados fosse submetida a seções de interpretação com a presença de elementos dos grupos ou em novas sessões de discussão.

Após essas seções de interpretação deverá ser elaborado um relatório contendo o resultado das discussões. Para ilustrar essas reflexões seria interessante a redação de um texto que sintetizasse os principais temas, suas explicações, suas digressões, seus argumentos e suas informações.

Relatório Final

O relatório final será composto por três capítulos, em que serão apresentados os relatórios anteriores, e um quarto capítulo, apresentando a comparação entre todos os conteúdos. No caso de pesquisas mais acadêmicas recomenda-se uma leitura teórica desses dados, utilizando-se a bibliografia científica. No caso de pesquisas operacionais ou institucionais podem ser elaborados diagnósticos e planos de intervenção ou mesmo recomendações para ação.

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

As técnicas e os procedimentos de investigação apresentados até o momento podem ser articulados e empregados de diferentes maneiras, de acordo com os objetivos e as metas pretendidos. No campo dos serviços públicos, como saúde e saneamento, muitas vezes é necessário o desenvolvimento de ações e programas com diferentes comunidades, em diferentes contextos, o que exige um planejamento específico e um levantamento

prévio de informações, principalmente no que se refere ao entendimento do problema por parte da população envolvida. A metodologia de pesquisa social, discutida nesse trabalho, pode contribuir para a produção de um conhecimento sobre a realidade, que conta com uma maior participação de todos os diferentes grupos e atores de uma comunidade.

Desde a década de 1950, com os programas de desenvolvimento de comunidades, saneamento e desenvolvimento rural, não são poucos os apelos à participação, assim como recomendações sobre formas de garantir esse envolvimento e essa integração em todas as fases da intervenção. No entanto, poucas foram as sistematizações sobre formas de garantia de uma participação plural nessas experiências. Mais recentemente, vários foram os autores que se preocuparam com o fato de os movimentos sociais não conterem, entre seus militantes ou participantes, indivíduos das mais diversas procedências, representativos da multiplicidade de grupos, interesses, setores sociais.

Essa questão apresenta maior importância diante da desagregação do mundo do trabalho, da fragmentação da vida social e da consequente redução do espaço público. Se a visibilidade dos movimentos sociais está cada vez mais enfraquecida, se espaços tradicionais de participação – sindicatos, grupos de moradores, partidos políticos e espaços de ação e iniciativas dos serviços públicos – encontram-se cada vez mais reduzidos, se as demandas e movimentos das classes populares ou de grupos étnicos, identitários organizam-se cada vez mais de maneira fragmentada em torno de ONGs ou outras formas associativas, faz-se ainda mais necessário procurar o indivíduo isolado, desvinculado, excluído dos canais de participação, exclusão essa que acompanha e reforça a exclusão econômica.

Tal preocupação norteou uma experiência desenvolvida pela Universidade de São Paulo, em meados da década de 1990, com a colaboração do patrocínio da Fundação Kellogg, e da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo. Tratava-se de um projeto de extensão à comunidade, orientado para o combate à pobreza no campo, projeto esse localizado em dois municípios do oeste paulista: Espírito Santo do Turvo e Vera Cruz. Uma de suas maiores preocupações dizia respeito à exigência de participação da comunidade em todas as suas fases, da elaboração à avaliação. Para atender a esses objetivos desenvolveu-se uma técnica para a realização do diagnóstico que precederia ao planejamento e à elaboração do plano de intervenção. Essa proposta recebeu o nome de diagnóstico participativo e era composta por três procedimentos:

- varredura;
- grupos focais;
- pesquisa bibliográfica e documental.

Varredura

O termo *varredura* foi inspirado em técnicas estatísticas e busca exprimir a ideia de cobertura total de uma região estudada. Seu objetivo consiste, a princípio, em garantir que, no estudo ou diagnóstico de uma região, de um município, todo o território seja incorporado ao processo de pesquisa. No caso do projeto relatado – Projeto UNIR –, uma nova iniciativa em desenvolvimento rural, a realização da varredura tinha também outro objetivo. Tratava-se de localizar, nos municípios, os *intermediadores sociais*. Com tal termo procurava-se identificar, na comunidade, pessoas que, sem experiências de participação em movimentos sociais, associações locais formais ou informais, tivessem uma representatividade junto ao seu grupo, assim como uma visão sobre a cidade e seus problemas e propostas ou ideias para sua solução.

A preocupação em localizar esses indivíduos vinculava-se à necessidade de integrar o maior número de pessoas para a elaboração do plano e formação de grupos de trabalho para intervenção, sem mediações das autoridades e lideranças locais, já estabelecidas. Essa preocupação se justificava pela ausência de experiências participativas na região e pelo fato de o grupo de professores e pesquisadores ser estranho à região. Com esse procedimento pretendia-se uma *imersão no campo* e um contato menos institucional com a população.

Procedimentos

O trabalho iniciava-se pelo levantamento das áreas censitárias do município; para cada área eram designados dois pesquisadores. Um pesquisador ficava responsável pelo contato com o(a) entrevistado(a), enquanto o outro se encarregava do registro da conversa em diário de campo. Após a entrevista recomendava-se à dupla que, quando possível, registrasse a *linguagem não falada* – dos gestos, das pausas, das expressões faciais e mesmo da reticência ou não em participar da pesquisa.

As entrevistas eram realizadas com pessoas que estivessem em espaços públicos: ruas, estradas, portas de estabelecimentos comerciais etc., e que aceitassem conversar. De fato, a entrevista consistia em uma conversa desenvolvida a partir do convite do entrevistador que se apresentava, explicava os objetivos da pesquisa, garantia o anonimato e, em caso de concordância, perguntava: "Como é a vida em Espírito Santo do Turvo?" A partir dessa pergunta, se necessário, incentivava com questões como, por exemplo, quais os problemas principais, o que o(a) senhor(a) mais ou menos gosta daqui?

O conteúdo da entrevista era anotado pelo outro pesquisador, e ela só deveria terminar por iniciativa do entrevistado ou quando o assunto começasse a ficar repetitivo. Ao final, o(a) entrevistador(a) deveria perguntar se a pessoa estaria interessada em continuar a conversar sobre o município e a participar dos grupos de trabalho que poderiam vir a ser formados. Caso concordasse, seria solicitada uma maneira de entrar em contato com o(a) entrevistado(a).

Após o período de horas designado para a realização das entrevistas de campo – que variava de acordo com a região, área rural ou urbana, a necessidade de grandes deslocamentos a pé e outros –, as duplas reuniam-se com o supervisor e relatavam as entrevistas. Uma área censitária era considerada *varreda*, ou seja, o número de entrevistas realizadas era considerado satisfatório quando os assuntos e os temas tornavam-se recorrentes.

A realização da *varredura* foi precedida por uma ida ao campo pelos pesquisadores principais, para uma observação sistemática, desde as condições geográficas – terrenos acidentados, barreiras físicas para locomoção etc. – até a ocupação do espaço, a densidade demográfica, as reações à presença de grupos de fora. O contato com os atores locais e a apresentação do projeto também a antecediam.

Após esse primeiro contato, realizou-se o treinamento das duplas de entrevistadores e a tentativa de integração de moradores ao diagnóstico. Para isso foram convidados professores, membros de associações de bairros ou associações religiosas, funcionários dos serviços públicos, associações profissionais, entre outros, mas houve pouca adesão.

O treinamento, realizado no local em um fim de semana, com jornada integral, consistiu em uma discussão de caráter antropológico, de realização de pré-testes e sessões de discussão após a apresentação de algumas

situações de entrevista. Foram formadas as duplas, que eram constituídas por alunos de graduação e pós-graduação das unidades da USP envolvidas no projeto. Tomou-se o cuidado de formar duplas de unidades diferentes e, quando possível, com um pesquisador mais experiente em cada dupla.

Como se tratava de um projeto de integração docente-assistencial, após o trabalho de campo os alunos participaram de sessões de interpretação para que se procedesse à consolidação dos dados e redação de um relatório contendo a transcrição resumida e por temas dos conteúdos dos diários de campo.

Esse relatório foi objeto de discussões com a comunidade (para isso se procurou contatar os entrevistados e outros moradores), e, a partir dessa discussão, foram criados os grupos focais.

Grupo Focal

Os grupos focais representaram o segundo procedimento da pesquisa; foram realizados de acordo com as orientações já apresentadas e constituídos por elementos contatados na varredura e outros moradores e funcionários já envolvidos no projeto de extensão.

Os temas de discussão dos grupos foram selecionados a partir dos resultados da varredura e terminaram por definir os objetivos específicos do programa: projetos de geração de renda, desenvolvimento de sociabilidade e associações nos municípios, tratamento de questões como lazer, sexualidade, terceira idade, alcoolismo etc.

A conjugação das experiências da varredura e dos grupos focais permitiu a incorporação de novos atores na vida dos municípios, assim como a definição de problemas a partir de representações, concepções e interesses mais plurais.

Pesquisa Bibliográfica e Documental

Esse terceiro procedimento foi realizado de acordo com normas definidas e, junto aos relatórios das outras etapas, permitiu uma triangulação de dados que compôs o diagnóstico e a descrição dos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa diagnóstica ou descritiva realizada com essa metodologia contribui positivamente com os programas de extensão universitária ou outras formas de trabalho social, de intervenção ambiental e de organização da sociedade, visto que incorpora e contribui para a reflexão e o enfrentamento de um grande tema contemporâneo, sobre o caráter e a prática das políticas públicas.

Essas políticas desenvolvidas – com maior ou menor extensão, com maior ou menor qualidade – pelos diferentes estados nacionais sempre se nortearam por critérios baseados na lógica das organizações prestadoras dos serviços (públicos ou não), lógica essa baseada nos critérios técnicos e associada, quando não subordinada, às políticas e prioridades econômicas, em detrimento de outros setores e de outras demandas...

Certamente, não foi pequena a magnitude do papel dos movimentos sociais para a criação e extensão de políticas que atendessem aos direitos coletivos, mas essa ação raramente foi suficiente para relativizar as influências hegemônicas na sociedade. Na atualidade, a expansão ou mesmo a manutenção dessas políticas encontra-se ameaçada pela crise de governabilidade pela qual passam os estados nacionais.

A crise desses estados não se resume, porém, apenas à capacidade maior ou menor de extensão de serviços, mas também à capacidade de interpretar e de incorporar expectativas e demandas sociais, bem como à capacidade de inclusão social. Para atender a esse último dilema torna-se cada vez maior a necessidade de ampliação do espaço público, de participação política dos cidadãos. Dessa forma, é vital o desenvolvimento de formas de comunicação e de canais de participação que considerem o fato de que nenhuma forma de representação do mundo está completa no sentido de atender ao desenvolvimento e à emancipação do ser humano e de que, diante da *incompletude cultural* somente se poderia atuar com formas dialógicas de conhecimento e práticas.

Nesse sentido, a proposta metodológica apresentada constitui-se, também, como uma proposta de intervenção, interessada em colaborar na introdução de um diálogo entre culturas e grupos sociais, aceitando-se a crítica ao relativismo cultural desenvolvida por Boaventura Souza Santos. Para esse autor, todas as culturas apresentam limites ao pleno desenvolvimento e à emancipação do ser humano; sendo assim, nenhuma cultura estaria completa, e todas poderiam apreender e aproveitar-se das outras experiências.

Pela tradição antropológica do relativismo cultural poderíamos incorrer em uma aceitação desprovida de críticas de todas as culturas, inclusive daquela – dominante – do pesquisador, do observador. No limite, essa postura levaria a um imobilismo, a uma aceitação passiva de todas as formas de dominação que também poderiam ser *traduzidas* como valores culturais (Santos 1999, 2000). Procurar e colocar em contato formas diferentes de percepção da realidade pode, assim, contribuir para uma democratização da sociedade.

Referências

- Adorno RCF, Castro AL. O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade. *Rev Saúde Soc* 1994; 3 (2): 172-85.
- Amorozo MC de M, Ming AC, Silva SP. Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro: UNESP; 2002.
- Andrade MT. As representações do cirurgião-dentista do serviço público municipal sobre a prevenção da cárie, e seu papel neste processo. São Paulo; 1997. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP].
- Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1979.
- Beyaut G. Metropolização e globalização: bosquesos históricos e sociais. In: Gadelha RMAF. *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: EDUC; 1997. p. 17-26.
- Blanchet A. *L'entretien dans les sciences humaines e sociales*. Paris: Dunod; 1985.
- Chizzotti A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez; 2001.
- Cotrim BC. Potencialidades da técnica qualitativa: grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Rev Saúde Pública* 1996; 30: 285-93.
- Cruz Neto O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: Minayo MCS, organizador. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes; 1994. p. 51-66.
- [FAPESP] Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo. *Representações populares e acadêmicas de meio ambiente*. São Paulo; 2002. [Projeto temático, relatório].
- Giddens A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP; 1991.
- Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO; 1992.

Nascimento EP do. Globalização e exclusão social, fenômenos de uma nova crise da modernidade. In: Dowbor L, Ianni O, Resende PEA, organizadores. *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes; 1998. p. 74-94.

Palos CMC. Meio ambiente e saúde em Espírito Santo do Turvo-SP: um estudo das representações sociais dos integrantes do Movimento de Mulheres. São Paulo; 2000. [Tese de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Reigota M. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez; 1995.

Sá CP. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: Spink MJ, organizadores. *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense; 1993. p. 19-45.

Santos BS. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: Paoli MC, Oliveira F de, organizadores. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia globais*. Petrópolis: Vozes; 1999. p. 83-129.

Santos BS. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez; 2000.

Soares SM. *Práticas terapêuticas não-alopáticas no serviço público de saúde: caminhos e descaminhos*. São Paulo; 2000. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da USP].

Souza DN, Zioni F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. *Saúde e Sociedade* 2002.

Spink MJ. O estudo empírico das representações sociais. In: Spink MJ, organizador. *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense; 1993. p. 85-107.

Planejamento Territorial e Ambientais: Instrumentos de Intervenção

Arlindo Philippi Jr.
Engenheiro Civil e Sanitarista, Faculdade de Saúde Pública da USP

Gilda Collet Bruna
Arquiteta e Urbanista, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Vicente Fernando Silveira
Biólogo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental da USP

Este capítulo se inicia apresentando uma visão histórica do planejamento e da sua evolução por meio dos mecanismos desenvolvidos pelo setor público e também como parte de demandas sociais, no contexto socioambiental das comunidades.

No âmbito dessas questões, examina os enfoques de política e administração ambiental que acompanharam o desenvolvimento da sociedade humana com o passar dos anos, e analisa como esses processos se institucionalizaram no espaço e no tempo como reflexos do meio socioeconômico em evolução.

Em sequência, discute os conceitos de planejamento, abordando os níveis e as escalas nos quais ele se desenvolve, assim como as etapas sucessivas de sua elaboração e aplicação. Aborda, de uma maneira crítica, durante a descrição dessas etapas, os diversos métodos e as análises utilizados na busca do entendimento e da explicação das complexas inter-relações ambientais. Este capítulo verifica e propõe também uma sistematização de mecanismos e instrumentos que são utilizados no planejamento de intervenções pontuais e difusas nas atividades antrópicas e no meio ambiente.